



A PRODUÇÃO DO ESTATUTO DA HOMOSSEXUALIDADE: ATRAVESSAMENTOS IDEOLÓGICOS E POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE

Cíntia de Sousa Carvalho¹
Solange Jobim e Souza²

Introdução

Homossexualidade, termo que comumente utilizamos para designar pessoas que estabelecem relações afetivo-sexuais com outras de mesmo sexo, é a questão que nos mobiliza na tentativa de problematizar que sentidos e concepções de ciência atravessam seu estatuto e suas implicações na construção de políticas públicas de saúde. Tal denominação não pode ser apenas compreendida num registro ontológico pré-discursivo, pois gravita ao redor deste conceito uma complexa rede histórica e conceitual. Dessa forma, ao invés de resgatar o estatuto da homossexualidade tomando-o como ponto de partida para uma discussão ulterior, o compreenderemos como um ponto de chegada, um produto gestado em meio a agenciamentos discursivos. Neste sentido, resgataremos como a produção de estatutos acerca do conhecimento, da verdade e da realidade, presentes no discurso científico, são pilares dos modos como estatutos outros, como o da homossexualidade, foram sendo delineados.

Nesta direção, mais do que nos afiliarmos a concepções mais próximas de uma hermenêutica do conhecimento, ou, por outro lado, de fundamentos pragmáticos, pensamos em compreender como essas linhas de força concorrem e oferecem lentes diferenciadas para vermos o mundo. Ou seja, mais do que abraçarmos determinados discursos científicos na ilusória tentativa universalizante de vê-los mais coerentes para se compreender a intrincada rede do estatuto da homossexualidade, ou a sua verdade última, pretendemos alertar para as conseqüências práticas que tais escolhas produzem. Por fim, visibilizar esta aura discursiva que atravessa os estatutos, nos parece apontar para um debate mais denso acerca de políticas públicas de saúde que se pautam nesses regimes de verdade, pois as ideologias impregnadas nestes conceitos, mesmo que implicitamente, ditam modos de se compreender uma experiência, suas questões e necessidades.

¹ Mestranda em Psicologia Clínica da PUC-Rio, bolsista FAPERJ (cintiapsicologia_51@hotmail.com).

² Professora Doutora do Departamento de Psicologia da PUC-Rio (soljobim@uol.com.br).



Percursos da visão naturalista: etiologias da homossexualidade

Iniciamos este tópico com uma discussão acerca da cientificidade das Ciências Naturais e como seus pressupostos foram delineados, tendo em consideração a busca pelo conhecimento. Ainda na Idade Média, Descartes problematiza as raízes epistemológicas da construção do conhecimento que, deveriam fundamentalmente, direcionar-se para a busca de uma reflexão sobre a “verdade” por meio do método da dúvida (Marcondes, 1992)³. O dualismo mente/corpo proveniente do pensamento cartesiano revelava a necessidade de uma generalização do conhecimento científico, sendo possível esta universalização pela existência de uma verdade objetivada e passível de apreensão (Marcondes, 1992)⁴.

A primeira fase de Wittgenstein⁵ é considerada como objetivista/naturalista/representacional, resquícios do percurso acima apresentado. Para o autor, em sua primeira obra *Tractatus Logico-Philosophicus* há a possibilidade de se conhecer a realidade pela lógica. Para Wittgenstein, existe uma limitação para a expressão do pensamento por meio da linguagem. As dificuldades filosóficas em relação à lógica da linguagem seria a busca inviável de se tentar expressar/dizer coisas que só podem ser mostradas. A linguagem aqui é vista como uma ferramenta que representa o mais fielmente possível o “mundo real”. Existe, portanto, um isomorfismo entre linguagem e realidade que pode ser possibilitada pelo formalismo lógico (Marcondes, 1997)⁶. Percebe-se que existe uma influência notadamente marcada da visão objetivista/naturalista na visão representacional de linguagem do primeiro Wittgenstein. Ambas as posturas assumem a existência de uma “realidade natural” que pode ser apreendida.

A concepção naturalista/objetivista de sujeito é internalista, pois tenta explicar fenômenos humanos por meio de uma essência pré-existente aos fenômenos sociais, por uma ontologia pré-discursiva. As considerações de Descartes, inicialmente apresentadas, foram criticadas em momento posterior, pois, se o conhecimento científico é percebido por um indivíduo que é subjetivo, não há a possibilidade da apreensão de um conhecimento objetivo do “mundo real”, crítica lançada pelos construtivistas.

³ MARCONDES, D. **Filosofia, Linguagem e Comunicação**. São Paulo: Cortez, 1992.

⁴ Idem.

⁵ Neste trabalho, utilizaremos a denominação: primeiro e segundo Wittgenstein pois, curiosamente, a obra deste autor pode ser utilizada como representante das duas concepções de ciência: a naturalista/objetivista/representacional e a construtivista. Isso acontece, pois, o início de sua obra é marcado pela primeira visão (primeiro Wittgenstein) e após anos de estudos, de forma autocrítica, o autor redesenhou suas reflexões, se aproximando mais da visão construtivista (segundo Wittgenstein) (Marcondes, 1992).

⁶ MARCONDES, D. **Iniciação à história da filosofia**: dos pré-socráticos a Wittgenstein. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.



Tendo em vista as raízes teóricas que nortearam o estabelecimento da visão naturalista/objetivista nas ciências, pretendemos agora discorrer sobre como os discursos científicos/institucionalizados atualizaram a visão acima apresentada, na tentativa de compreender como a concepção deste conceito está entrelaçada com os arcabouços epistêmicos de uma visão naturalista de ciência. Com o advento da ciência empírica, muitas foram as teorias que tentaram definir uma base etiológica para a homossexualidade. Em 1940, Lang defendia que os homossexuais deveriam ser vistos como integrados sexuais, ou seja, a forma cromossômica destas pessoas estaria desconexa com todas as suas características sexuais morfológicas (Hart & Richardson, 1983)⁷. De acordo com estes autores, por meio de diversos experimentos, Kallman certificou-se de uma base genética que desencadearia a homossexualidade. Num estudo com irmãos gêmeos que desenvolveram sua homossexualidade fora do círculo familiar, esteou uma linha de pensamento que pudesse avançar as teorias psicodinâmicas:

... lança dúvidas consideráveis quanto à validade das teorias puramente psicodinâmicas dos padrões comportamentais predominantemente ou exclusivamente homossexuais na idade adulta, e fortalece correspondentemente a hipótese de um distúrbio geneticamente determinado no equilíbrio entre as tendências maturacionais (hormonais) masculinas e femininas (p. 21)⁸.

Percebe-se então que, essa visão essencialista foi transportada também para o cerne das Ciências Humanas, que, para se sedimentar enquanto ciência teve de se apropriar dos postulados, concepções e métodos das Ciências Naturais. Em face às vertentes acima apresentadas, as teorias da aprendizagem social, tais como as explicações psicanalíticas, que compreendiam que havia sérias limitações nestes estudos, emergiram com maior intensidade. Estas teorias buscaram referências de estruturação psíquica e social para pensarem o desenvolvimento da homossexualidade, ao atribuir também um papel significativo às experiências primitivas, concebidas como influenciadoras centrais do desenvolvimento psicosssexual. Ou seja, a homossexualidade, sendo a expressão transviada da sexualidade “normal”, é vista como fruto de um desenvolvimento insatisfatório. O que difere ambas as teorias é que, para as explicações psicanalíticas, há maior valorização das relações no âmbito familiar e, nas “teorias da aprendizagem social”, tanto o familiar como o meio social mais amplo é levado em consideração. De acordo com Hart & Richardson (1983)⁹:

Os autores psicanalíticos encaram a identificação como sendo resultante do Complexo de Édipo, ao passo, em termos da teoria da aprendizagem social, afirma-se que a identificação emerge de uma semelhança percebida entre a criança e o modelo do papel – nesse caso, o genitor do mesmo sexo. Isso é colocado no contexto de um forte vínculo emocional com o modelo parental do papel (p. 38).

⁷ HART, J., & RICHARDSON, D. **Teoria e prática da homossexualidade**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.

⁸ Idem.

⁹ Idem.



O que podemos sugerir a partir da apresentação destas teorias científicas pautadas, em parte, numa visão naturalista, é a impossibilidade de julgá-las completamente apropriadas ou não para a compreensão da homossexualidade, visto as controvérsias apresentadas. Se em dado momento a visão naturalista produziu modelos que aproximavam a homossexualidade da patologia, em outros, protegeu os indivíduos que se relacionavam com outros de mesmo sexo, como no exemplo a seguir.

Na Idade Média, a Igreja considerava a homossexualidade como possessão diabólica e, imputava castigos violentos aos indivíduos que praticavam atos sexuais com outros de mesmo sexo. Em muitos países, era aplicada até mesmo a pena de morte, de acordo com os estudos de Fry & MacRae (1983)¹⁰. Entretanto, esses discursos conservadores se pautavam na idéia de que os homossexuais eram pervertidos sexuais, pois optavam por esta prática sexual e negavam a “heterossexualidade normal”, como forma de transgressão gratuita. Com o advento da ciência empírica e a explicação da homossexualidade por meio de referências biológicas, a imagem de escolha foi suplantada pela premissa de que os homossexuais não teriam outra opção pois, sua perversão estava determinada por seus genes e portanto, deveriam ser respeitados em sua patologia. Apesar de este discurso proteger muitos homossexuais da morte neste momento histórico, há que percebermos que é também perigoso e que traz suas limitações, ao enraizar uma visão também preconceituosa, que poderia desencadear comportamentos preventivistas em relação à homossexualidade (Fry & MacRae, 1983)¹¹.

A construção social da homossexualidade

Para tensionar a discussão acima apresentada, traremos o posicionamento da visão construtivista de ciência que, a partir das postulações da ciência naturalista, desviou seu foco das estruturas internalistas e se concentrou nas influências que o mundo da cultura produz. Kuhn (2006)¹² avalia que não há a possibilidade da apreensão da “realidade em si”, pois toda realidade é significada, interpretada por sentidos construídos nas práticas de uma cultura. Assim, a linguagem científica não pode apreender esse universo “em si” pois, é fruto de uma construção social, expressa num tempo e numa cultura específica. Segundo o autor:

Não existe nas ciências naturais, não mais do que nas humanas, um conjunto de categorias que seja neutro, independente de cultura, e no qual a população – seja de objetos, seja de ações – possa ser descrita (p. 270)¹³.

¹⁰ FRY, P., & MACRAE, E. **O que é homossexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

¹¹ Idem.

¹² KUHN, T. S. **O caminho desde a estrutura**. Ensaios Filosóficos, 1970 – 1993, com uma entrevista autobiográfica. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

¹³ Idem.



No mesmo sentido da visão acima apresentada, Wittgenstein, o qual podemos situar como um pensador que influenciou o que posteriormente foi denominado de construtivismo, ao analisar o modelo dualista cartesiano, afirma que não há a possibilidade de se dividir o ser humano como interno e externo, pois somos um todo que co-existe e se complementa. Para tanto, postula que o interno é construído pelo externo, nos usos e nas práticas sociais. Sendo assim, não há a possibilidade de um privado, de uma essência, pois o que é tido como particular ou subjacente é sempre constituído pelo social. Isso não quer dizer que o biológico também seja uma construção desatrelada de uma materialidade, mas suas significações o são. Para o autor, o mundo natural participa do significado como uma entidade intensiva (Lampreia, 1992)¹⁴.

Para este filósofo austríaco, conhecemos o mundo através da e na linguagem. Esta, ao invés de representar o mundo, o constrói. Portanto, se construímos os conceitos para dar significação ao mundo, a linguagem utilizada para a construção destes conceitos é anterior ao pensamento, pois pensamos a partir destes conceitos. Em resposta a um possível relativismo, crítica que recebeu Wittgenstein sobre sua visão construtivista, o autor responde que nem todas as construções sociais são possíveis e infinitas, pois o mundo nos impõe constrangimentos e restrições. Afirma a existência desse mundo natural, mas não significa que podemos conhecê-lo, assim como sugeriu o empirismo.

Ou seja, não é a realidade que se impõe à linguagem mas, ao contrário, é a linguagem que se impõe à realidade e determina a forma como ela será representada. Diferentes mitologias e crenças irão levar a diferentes representações da realidade, logo irão constituir diferentes realidades (Lampreia, 1992, p. 321)¹⁵.

A partir desse olhar para o discurso (enquanto prática social) como uma potência criadora, observamos a disseminação das vertentes construtivistas, parte em resposta ao suposto determinismo instaurado pela visão naturalista. Para tanto, para se empreender um pensamento acerca da visão construtivista, traremos contribuições antropológicas que a endossam. De acordo com Benedict (Mead & Wolfenstein, 1954)¹⁶, existe ao sul da Nova Guiné, na população dos Keraki, uma tradição cultural que constrói determinados ritos para o culto do “Fazer o Homem”. Este culto envolve a passagem de todos os homens do lugar por uma homossexualidade passiva na infância. Os homens mais velhos assumem o papel ativo. Portanto, há um ciclo na vida de um homem de homossexualidade passiva, homossexualidade ativa e heterossexualidade. A

¹⁴ LAMPREIA, C. **As propostas anti-mentalistas no desenvolvimento cognitivo**: uma discussão de seus limites. 1992. 365 p. (Tese de doutorado em Psicologia Clínica apresentada ao Departamento de Psicologia da PUC-Rio). PUC-Rio: Rio de Janeiro, 1992.

¹⁵ Idem.

¹⁶ MEAD, M.; WOLFENSTEIN, M. **Childhood in Contemporary Cultures**. Chicago: University of Chicago Press, 1954, P. 570-573.



homossexualidade passiva num homem mais velho não é aceita, pois, acredita-se na possibilidade de gravidez daquele. Ao fim da homossexualidade passiva, há uma cerimônia para coroar todo este processo de construção do masculino naquela sociedade.

A visão construtivista se pautou em muitos estudos genealógicos, tanto quanto em estudos antropológicos, como o apresentado acima, para sedimentar seus pressupostos. Para esta vertente, o excerto acima nos remete a pensar nas diversas culturas como construtoras de convenções sociais, que fornecem aos indivíduos papéis e padrões culturais apropriados dependendo de referências estipuladas pela própria cultura, como a passagem etária, por exemplo. Dessa forma, de acordo com uma visão construtivista, não se sustentam as teorias que procuram atribuir causas internalistas à homossexualidade, pois, se assim o fosse, existiriam padrões de manifestações comportamentais idênticos em todas as culturas.

Fry e MacRae (1983)¹⁷ apresentam questionamentos acerca da representação da homossexualidade e advogam por um distanciamento de qualquer etiologia que a defina. Ao repensarem neste registro, reforçam como os atravessamentos culturais, históricos e políticos constroem e sustentam a experiência da homossexualidade, e esta só pode ser compreendida inserida neste complexo. Para tal visão, a homossexualidade não advém de uma característica inata e permanente do indivíduo, mas sim, manifesta-se como um fenômeno socialmente construído, passível de inúmeras construções de sentidos, de acordo com o “endereço” temporal e espacial de que provém. Dessa forma, os autores refletem acerca da impossibilidade de generalizações acerca das bases constituidoras da homossexualidade, pois existiriam homossexualidades, tantas quantas sociedades, épocas e grupos existissem. De acordo com estes autores:

De fato, nenhuma das teorias existentes sobre as causas de homossexualidade nos convence e a nossa tendência é de tratá-las todas, sem exceção, como produções ideológicas (p. 15)¹⁸.

Rupturas e permanências: homossexualidades em questão

Dessa forma, buscamos com este trabalho, além de apresentar as duas visões de ciência que historicamente foram tomadas como antagônicas, a partir de outro registro, trazer a possibilidade de reaproximação destes modos de compreensão dos fatos, de acordo com as reflexões trazidas por Butler (2003)¹⁹, ao pensar as relações entre sexo e gênero. Para a autora, a cisão entre natureza/sexo

¹⁷ FRY, P., & MACRAE, E. **O que é homossexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

¹⁸ Idem.

¹⁹ BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.



e cultura/gênero lhe soa artificial pois, os fenômenos do mundo são instâncias complexas, atravessadas tanto por dispositivos pertencentes ao universo natural quanto cultural. Segundo Butler (2003)²⁰, o construtivismo ortodoxo apresenta limitações, haja vista que desloca o determinismo pautado no natural, para se sustentar única e exclusivamente no cultural. Ou seja, a identidade dos sujeitos passa a ser definida fundamentalmente por seu gênero. Dessa forma, a autora busca “desnaturalizar” o gênero e reintroduzir os efeitos das materialidades do mundo natural na compreensão das identidades. Natureza e cultura não se polarizam, mas coexistem e se, por um lado, se afetam, por outro, se restringem. Ou seja, os corpos não são superfícies neutras à mercê de inscrições sociais posteriores, logo, relata a impossibilidade de tomarmos o corpo (ou o sexo) como pré-discursivo. O sexo para a autora não é natural, mas também discursivo e cultural, assim como o gênero. Não obstante, o físico participa das construções sociais, delimitando as possibilidades das construções, sugerindo modos de apropriação cultural (o biológico para a autora é um fato intensivo, ou seja, evoca restrições).

Notável contribuição que Butler (2003)²¹ pode nos oferecer para pensarmos a homossexualidade se revela também em suas reflexões acerca do *paradigma expressivo autêntico*. Este modelo de compreensão da identidade dos sujeitos, do seu “eu verdadeiro”, postula que o sexo da pessoa desencadeia qual o gênero deve se manifestar e qual a direção do seu desejo, inteligibilidade que a autora vem problematizar. Para a autora, não há um fio de causalidade que ligue sexo, gênero e desejo por meio de uma coerência interna. Dessa forma, pensar os arranjos sexuais entre pessoas que se relacionam com outras de mesmo sexo, que não obedecem tal paradigma acima exposto, é maneira de recontextualizar o que entendemos por sexual, na tentativa de retirar a homossexualidade dos quadros patológicos que persistem até os dias de hoje. Para a autora, a homossexualidade como desvio serve como um anteparo à norma heterossexual, que sobrevive graças à construção de uma identidade sexual dita “normal”, ao negar outras manifestações da sexualidade, excluídas dos padrões de inteligibilidade dispostos acima. Dessa forma, Butler (2002)²² propõe uma nova cartografia do desejo e das gramáticas sexuais, desvinculada da matriz heteronormativa e dos pressupostos do *paradigma expressivo autêntico*.

Considerações finais

²⁰ Idem.

²¹ Idem.

²² BUTLER, J. **Cuerpos que importan:** sobre los límites materiales y discursivos del “sexo”. Buenos Aires: Paidós, 2002.



O presente trabalho teve como objetivo trazer para a discussão o estatuto da homossexualidade, por meio de um percurso sobre as bases em que se assentaram os modelos de ciência naturalista e construtivista e suas interferências na manutenção deste estatuto. A partir da apresentação destas vertentes científicas, podemos nos perguntar: como modos tão distintos de compreensão do mundo, podem interferir/contribuir de alguma forma na construção de políticas públicas de saúde? Tais políticas visam fomentar direitos por meio do pilar da isonomia. Entretanto, a igualdade em que se pautam estas políticas não pode ser tomada como resposta satisfatória aos acessos de saúde, visto que questões múltiplas atravessam os sujeitos e os constituem de modo heterogêneo. Alheias às possibilidades reais de disparidades sociais (econômicas, subjetivas, históricas, dentre outras), tais políticas podem reforçar a própria desigualdade que tenta erradicar. Dessa forma, compreender que atravessamentos ideológicos são postos como pano-de-fundo para a construção de políticas públicas, possibilita que visionemos que discursos implícitos margeiam o cerne destas políticas e se tais atravessamentos científicos fazem jus ao propósito daquelas.

De acordo com Butler (2003)²³, política e representação são termos polêmicos pois, as políticas se valem das representações da identidade política dos sujeitos, do que vem a ser o homossexual em nosso caso, para construir suas bases. Dessa forma, tal representação deflagra uma experiência com fronteiras bem definidas, pois as políticas, como têm largo alcance e devem atingir o máximo de sujeitos possíveis, se valem dessa representação circunscrita. O que convém problematizar neste caso, é que linhas de forças ou paradigmas científicos produzem e delimitam estas representações dos sujeitos (a mulher, o homossexual, a criança, o idoso, etc), pois são baseados nestes pressupostos que se desenha a identidade política de um sujeito, suas questões e necessidades, que se buscará atender por meio destas políticas.

Entretanto, deve se compreender as limitações das representações políticas das identidades, que são tentativas de se alcançar uma função operacional restrita e situacional, que é limitada por motivos práticos. Não obstante, a identidade política não deve ser concebida como a descrição última da experiência dos sujeitos concretos, uma essência definidora, mas marcada em seu caráter contingencial. Sendo assim, na discussão acerca da formulação de políticas públicas de saúde à população LGBTT²⁴ (Brasil, 2009)²⁵, por exemplo, convém compreendermos que representação do que venha a ser o estatuto da homossexualidade está sendo utilizada, e se esta condiz com a

²³ BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

²⁴ Sigla política do movimento: Lésbicas, gays bissexuais, travestis e transexuais.

²⁵ BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT**, 2009.



multiplicidade das experiências destes sujeitos e sua provisoriamente identitária. Por outro lado, perceber se esta representação oferece uma função normativa e moralizadora, o que poderia criar um largo fosso entre a experiência real dos sujeitos e sua identidade política. Essa distância é comumente, um dos fatores cruciais na promoção de políticas públicas ineficazes, que ao invés de emancipar e promover acessos, revitimizam os sujeitos.

Diante disso, o trabalho em questão vislumbra não se afiliar a uma concepção teórica que assuma possuir uma “verdade final” sobre o estatuto da homossexualidade. Não pretendemos que nossa postura seja tomada como a-política ou como uma neutralidade desinteressada, mas de modo inverso, intencionamos repensar o lugar da ciência na produção do social, ao pensá-la como um mecanismo artificial, um dispositivo atravessado pelos valores e ideologias de um tempo/espaço definido, criada para tornar inteligível determinados fatos. E por outro, pretendemos visibilizar como a ciência alimenta as construções das políticas públicas, e como estas, devem estar atentas à que filiações teóricas em que se pautará, haja vista que tal escolha produz automaticamente uma ótica em relação ao mundo, com implicações práticas na vida dos sujeitos. De acordo com Ayres (2002)²⁶:

Segundo Canguilhem, é possível aceitar que nossos discursos científicos são como "dispositivos" vitais que buscam manter uma organização aberta, uma permanência material que se dá pela capacidade de perceber e responder ao imponderável que é nosso meio - socialmente biológico, biologicamente social. Somos seres criadores e, até por isso mesmo, vivemos num meio em constante mutação. A mudança é nossa marca de origem, condição de possibilidade da nossa existência e elemento necessariamente incluído em nossa permanência. Ora, por isso mesmo, toda a normatividade que criamos por intermédio da razão, toda a adequação que fazemos em nós e nosso meio para seguir vivendo, e para viver melhor, jamais pode ser concebida *a priori*, de modo unívoco e permanente. A vida humana só percebe algo de que precisa quando de alguma forma esse algo se lhe apresenta como carecimento. Tal parece ser o caso da saúde... A fusão dos horizontes discursivos das diversas disciplinas científicas requer não o abandono de um discurso em prol de outro, mas a criação de categorias que expressem os novos contornos que adquirem seus constructos a partir das luzes que sobre ele projetam os discursos de outras disciplinas (p. 27 e 29).

Bibliografia

AYRES, J. R. de C. M. **Epidemiologia, promoção da saúde e o paradoxo do risco**. Rev. bras. epidemiol., São Paulo, vol. 5, suppl. 1, nov., 2002. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-790X2002000400005&lng=en&nrm=iso&tlng=ptpt >. Acesso em: 24/10/2009.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT**, 2009.

²⁶ AYRES, J. R. de C. M. **Epidemiologia, promoção da saúde e o paradoxo do risco**. Rev. bras. epidemiol., São Paulo, vol. 5, suppl. 1, nov., 2002. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-790X2002000400005&lng=en&nrm=iso&tlng=ptpt >. Acesso em: 24/10/2009.



BUTLER, J. **Cuerpos que importan**: sobre los límites materiales y discursivos del “sexo”. Buenos Aires: Paidós, 2002.

_____. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FRY, P., & MACRAE, E. **O que é homossexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

HART, J., & RICHARDSON, D. **Teoria e prática da homossexualidade**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.

KUHN, T. S. **O caminho desde a estrutura**. Ensaios Filosóficos, 1970 – 1993, com uma entrevista autobiográfica. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

LAMPREIA, C. **As propostas anti-mentalistas no desenvolvimento cognitivo**: uma discussão de seus limites. 1992. 365 p. (Tese de doutorado em Psicologia Clínica apresentada ao Departamento de Psicologia da PUC-Rio). PUC-Rio: Rio de Janeiro, 1992.

MARCONDES, D. **Filosofia, Linguagem e Comunicação**. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. **Iniciação à história da filosofia**: dos pré-socráticos a Wittgenstein. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

MEAD, M.; WOLFENSTEIN, M. **Childhood in Contemporary Cultures**. Chicago: University of Chicago Press, 1954, P. 570-573.